Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 2

Balanço Patrimonial Passivo 3

Demonstração do Resultado 4

Demonstração do Resultado Abrangente 5

Demonstração do Fluxo de Caixa 6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018 7

DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017 8

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016 9

Demonstração do Valor Adicionado 10

Relatório da Administração 11

Notas Explicativas 25

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva 68

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras 73

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente 74

Motivos de Reapresentação 75

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	140.964.000
Preferenciais	0
Total	140.964.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
1	Ativo Total	427.724	432.824	430.530
1.01	Ativo Circulante	84.017	68.895	49.842
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	32.375	31.470	32.315
1.01.02	Aplicações Financeiras	27.074	14.043	0
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	27.074	14.043	0
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	27.074	14.043	0
1.01.03	Contas a Receber	23.921	22.849	15.369
1.01.03.01	Clientes	23.921	22.849	15.369
1.01.06	Tributos a Recuperar	114	114	1.544
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	114	114	1.544
1.01.07	Despesas Antecipadas	522	415	503
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	11	4	111
1.01.08.03	Outros	11	4	111
1.02	Ativo Não Circulante	343.707	363.929	380.688
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	27.081	29.467	28.802
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	17.280	20.547	18.631
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	17.280	20.547	18.631
1.02.01.07	Tributos Diferidos	4.632	3.888	0
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	4.632	3.888	0
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	5.169	5.032	10.171
1.02.02	Investimentos	57	57	53
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	57	57	53
1.02.03	Imobilizado	316.569	334.405	351.833
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	316.569	334.405	351.833

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
2	Passivo Total	427.724	432.824	430.530
2.01	Passivo Circulante	85.539	90.293	87.013
2.01.02	Fornecedores	977	1.015	1.235
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	977	1.015	1.235
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.890	4.445	2.641
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.829	4.384	2.571
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	913	2.714	2.069
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	5	5	5
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	56	56	65
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	42.274	59.117	57.192
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	42.274	59.117	57.192
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	26.552	45.242	44.753
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	15.722	13.875	12.439
2.01.05	Outras Obrigações	40.398	25.716	25.945
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	2.419	2.558	2.138
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	823	1.002	680
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	1.596	1.556	1.458
2.01.05.02	Outros	37.979	23.158	23.807
2.02	Passivo Não Circulante	170.235	170.360	168.142
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	45.285	80.677	129.292
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	45.285	80.677	129.292
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	0	26.369	70.837
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	45.285	54.308	58.455
2.02.02	Outras Obrigações	124.950	89.683	38.850
2.02.02.02	Outros	124.950	89.683	38.850
2.03	Patrimônio Líquido	171.950	172.171	175.375
2.03.01	Capital Social Realizado	140.964	140.964	140.964
2.03.04	Reservas de Lucros	30.986	31.207	34.411
2.03.04.01	Reserva Legal	10.637	8.495	6.104

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	140.087	148.921	138.170
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-60.822	-60.392	-56.009
3.03	Resultado Bruto	79.265	88.529	82.161
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	48	-63	29
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-4.507	-4.264	-4.119
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	4.555	4.201	4.148
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	79.313	88.466	82.190
3.06	Resultado Financeiro	-13.205	-17.284	7.805
3.06.01	Receitas Financeiras	4.990	6.195	8.756
3.06.02	Despesas Financeiras	-18.195	-23.479	-951
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	66.108	71.182	89.995
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-23.267	-23.366	-30.400
3.08.01	Corrente	-24.011	-27.254	-21.021
3.08.02	Diferido	744	3.888	-9.379
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	42.841	47.816	59.595
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	42.841	47.816	59.595
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	42.841	47.816	59.595
4.03	Resultado Abrangente do Período	42.841	47.816	59.595

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	64.714	57.367	54.481
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	98.703	109.102	104.573
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-2.092	-15.346	-15.431
6.01.03	Outros	-31.897	-36.389	-34.661
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-107	-518	-677
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-63.702	-57.694	-67.851
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	905	-845	-14.047
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	31.470	32.315	46.362
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	32.375	31.470	32.315

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	140.964	0	31.207	0	0	172.171
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	140.964	0	31.207	0	0	172.171
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-22.712	-20.350	0	-43.062
5.04.06	Dividendos	0	0	-22.712	-20.350	0	-43.062
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	42.841	0	42.841
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	42.841	0	42.841
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	22.491	-22.491	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	22.491	-22.491	0	0
5.07	Saldos Finais	140.964	0	30.986	0	0	171.950

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	140.964	0	34.411	0	0	175.375
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	140.964	0	34.411	0	0	175.375
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-28.307	-22.713	0	-51.020
5.04.06	Dividendos	0	0	-28.307	-22.713	0	-51.020
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	47.816	0	47.816
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	47.816	0	47.816
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	25.103	-25.103	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	25.103	-25.103	0	0
5.07	Saldos Finais	140.964	0	31.207	0	0	172.171

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	140.964	0	7.771	0	0	148.735
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	140.964	0	7.771	0	0	148.735
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-4.647	-28.308	0	-32.955
5.04.06	Dividendos	0	0	-4.647	-28.308	0	-32.955
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	59.595	0	59.595
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	59.595	0	59.595
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	31.287	-31.287	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	31.287	-31.287	0	0
5.07	Saldos Finais	140.964	0	34.411	0	0	175.375

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
7.01	Receitas	159.052	168.333	156.552
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	154.497	164.132	152.404
7.01.02	Outras Receitas	4.555	4.201	4.148
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-43.946	-42.692	-38.685
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-39.871	-39.401	-35.148
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-4.075	-3.291	-3.537
7.03	Valor Adicionado Bruto	115.106	125.641	117.867
7.04	Retenções	-19.380	-19.379	-19.310
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-19.380	-19.379	-19.310
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	95.726	106.262	98.557
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	4.854	5.646	8.588
7.06.02	Receitas Financeiras	4.854	5.646	8.588
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	100.580	111.908	107.145
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	100.580	111.908	107.145
7.08.01	Pessoal	0	126	168
7.08.01.01	Remuneração Direta	0	6	67
7.08.01.02	Benefícios	0	120	101
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	37.677	38.577	44.634
7.08.02.01	Federais	37.677	38.577	44.634
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	20.062	25.389	2.748
7.08.03.01	Juros	18.195	23.479	951
7.08.03.02	Aluguéis	1.867	1.910	1.797
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	42.841	47.816	59.595
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	42.841	47.816	59.595

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

A administração da empresa Ventos do Sul Energia S/A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à sua apreciação o Relatório de Administração correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o qual está sendo divulgado em conjunto com as demonstrações financeiras, elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e normas IFRS, comparativas entre 2018, 2017 e 2016.

1. Considerações iniciais

A Companhia foi constituída em 30 de setembro de 2003, sob a forma de sociedade limitada, sob a denominação Enerfin do Brasil – Produtora de Energia Ltda, com prazo indeterminado, data em que suas operações tiveram início. Em 9 de maio de 2005, através de transformação do tipo societário de limitada para sociedade anônima, teve sua denominação social alterada para Ventos do Sul Energia S.A.

A Companhia tem sede na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, e tem por objeto social a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica proveniente de fonte eólica para fins de comércio em caráter permanente, como Produtor Independente de Energia, sem constituir-se em empresa concessionária de serviço público.

O Grupo Elecnor detém o controle acionário da Companhia com 80% do seu capital social total e votante (112.771.200 ações), por meio da companhia Rio Sul 1 Energia Ltda., que por sua vez é controlada por Enerfín Enervento Exterior, S.L.U., controlada pela Enerfin Sociedad de Energia S.L.U., que por sua vez é controlada pela Elecnor S.A. A parcela remanescente do capital social da Ventos do Sul Energia é detida pelos fabricantes de aerogeradores, Wobben Windpower Indústria e Comércio Ltda. que detém 10% do capital social da (14.096.400 ações) e pela CEEE-GT que detém os outros 10% do capital social da Companhia (14.096.400 ações).

Relatório da Administração

No Brasil, o Grupo Elecnor atua no setor elétrico, destacando-se na construção e operação de linhas de transmissão de energia elétrica, na construção e operação de parques eólicos e no transporte e distribuição de gás natural.

Composição Acionária

A energia elétrica proveniente de fonte eólica é gerada pela Companhia através dos seus Parques Eólicos situados no município de Osório, no Estado do Rio Grande do Sul, contratados no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa).

A Companhia possui atualmente um portfólio com 150 MW de parques eólicos com capacidade instalada própria, distribuídas em 3 Parques Eólicos denominados Parque Eólico de Osório, Parque Eólico de Sangradouro e Parque Eólico dos Índios. Cada parque eólico é composto por 25 aerogeradores com capacidade individual de 2MW/h. Os 3 parques juntos totalizam 75 aerogeradores em operação. Entraram em operação comercial em 2006, e foram investidos cerca de R$ 670 milhões.

Pelo fato de ser uma SPE (Sociedade de Propósito Específico), a Companhia mantém uma estrutura enxuta, dentro de uma política de austeridade e manutenção de

custos baixos, mantendo rígidos controles administrativos, operacionais e legais, sendo gerida por profissionais e consultores altamente qualificados e experiência comprovada no setor, além da auditoria independente, possibilitando alto grau de segurança e transparência nos dados disponibilizados aos acionistas, parceiros e ao mercado em geral, adotando uma política de gestão preventiva e conservadora no que diz respeito aos riscos, sejam técnicos, sejam administrativos, buscando a redução da exposição a contingências.

A administração da Ventos do Sul segue otimista em relação aos avanços do setor de energia eólico brasileiro e continua confiante em sua plataforma de negócios, cada vez mais preparada e bem posicionada para enfrentar os desafios e oportunidades no país.

2. Energia Eólica

Desde o final do século 20, o risco de esgotamento dos recursos energéticos e a vulnerabilidade de frequentes cortes de energia elétrica em grande escala, bem como o aumento da preocupação com o meio ambiente, conduziu diversos países à busca por uma matriz energética mais diversificada, direcionando muitas pesquisas e investimentos para fontes de energia menos poluentes.

A energia eólica é a energia obtida a partir do movimento do ar, ou seja, a partir do vento, sendo, portanto, uma fonte de energia inesgotável, renovável e limpa. A sua geração não contribui com a emissão de gases de efeito estufa e tampouco com o aquecimento global. Representando um cenário energético ecologicamente favorável, a geração de energia a partir da fonte eólica auxilia a minimizar os impactos causados a fauna e a flora originados pelas formas tradicionais de geração de energia, além de não interferir nas atividades desenvolvidas nas áreas ocupadas pelas usinas.

Em vista disso, a energia eólica é a fonte alternativa de energia que mais cresce no mundo, pois, além de ser uma fonte limpa, complementa as demais fontes energéticas, permitindo a economia de outros recursos naturais utilizados em outras formas de geração. No caso do sistema de abastecimento de energia elétrica do Estado do Rio Grande do Sul, a energia eólica tem ainda maior complementaridade e importância estratégica, pois a época dos ventos coincide com o período de seca no estado.

3. Comentário sobre a conjuntura

AMBIENTE MACROECONÔMICO

Em 2018 foram instaladas 51,3 GW de nova capacidade eólica instalada, levando a capacidade total instalada no mundo para 591 GW. O GWEC (Global Wind Energy Council) espera um forte crescimento nos próximos anos, com cerca de 300 GW de nova capacidade a ser adicionada nos próximos cinco anos, à medida que a indústria eólica continua a provar sua competitividade em custos em relação à geração de combustível fóssil e nuclear em todo o mundo. A China e os EUA permaneceram os maiores mercados onshore com 21,2 GW e 7,6 GW de nova capacidade, respectivamente. O mercado europeu onshore instalou 9 GW.

O mercado de energia eólica no Brasil está em expansão. De 2011 a 2018, o setor eólico já investiu mais de US$ 31 bilhões, representando um acréscimo de 1,94 GW de novas instalações, foram 75 novos parques. No total acumulado dos anos, o Brasil tinha, ao final de 2018, 14,71 GW de capacidade instalada, assumindo a oitava colocação no ranking mundial de produção de energia eólica.

O Brasil foi 2º melhor colocado como país atrativo para destino de investimentos em energia renovável entre 58 países pesquisados.

No Brasil, a energia eólica abasteceu, na média mensal, em 2018, cerca de 25,5 milhões de residências, o que equivale a 76 milhões de pessoas. Para base de comparação, isso é mais que a população de todo o Nordeste (cerca de 57 milhões de pessoas).

Ao todo, foram gerados 48,42 TWh de energia eólica ao longo de 2018. Em comparação com 2017, a produção de energia dos ventos foi superior em 14,6%. A geração média de 2018 foi de 5.515,9 MW médios e o recorde foi em setembro, quando a geração atingiu a marca de 7.694,6 MW médios.

A eólica deixou de ser uma fonte “alternativa” para ter um papel fundamental na matriz elétrica brasileira. É hoje a terceira fonte da matriz elétrica, com cerca de 9% de participação e deverá ser a segunda fonte de energia do Brasil em 2019. Já são mais de 500 parques eólicos em funcionamento, com mais de 6.600 aerogeradores em 12 estados.

Fonte: ABEEólica

4. Desempenho econômico-financeiro

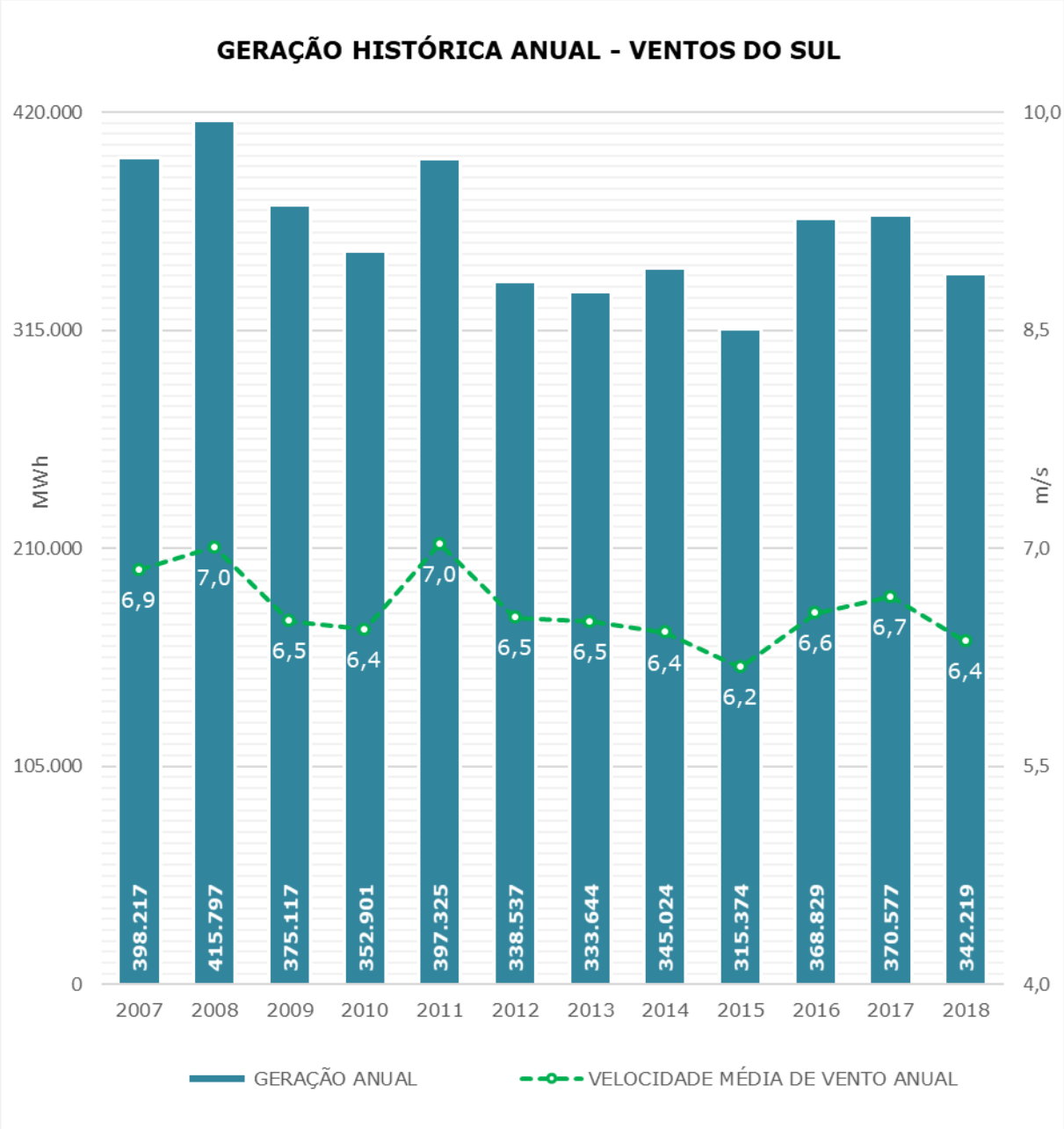
Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas.

Receita Operacional

A receita operacional bruta no ano de 2018 foi de R$ 154,5 milhões, representando a uma redução de 6% (R$ 9,6 milhões) se comparado com a receita de 2017. A redução ocorreu devido a escassez de vento, gerando menor produção de energia. As deduções sobre a receita operacional foram de R$ 14,4 milhões, representando uma redução de 5% (R$ 801 mil). A receita operacional líquida foi de R$ 140,1 milhões, representando uma redução de 6%.

Importante destacar que a variação da receita e produção, está diretamente relacionada aos recursos de ventos, que apresentam ciclos de maior ou menor intensidade. O gráfico a seguir mostra um comparativo entre a energia produzida nos diferentes anos de produção da Companhia. Também são apresentadas as velocidades médias no mesmo período, podendo-se relacionar as duas grandezas.

Observa-se que a velocidade média anual de ventos é superior a 6 m/s:



Geração Operacional de Caixa — EBITDA

A Companhia apresentou, nos últimos três exercícios sociais, as seguintes medições não contábeis:

Relatório da Administração

	2018	2017	2016
Lucro Líquido	42.841	47.816	59.595
Depreciação e amortização	19.380	19.379	19.310
Resultado Financeiro	13.205	17.284	(7.805)
IRPJ/CSLL	23.267	23.366	30.400
EBITDA	98.693	107.845	101.500
Receita Líquida	140.087	148.921	138.170
Margem EBITDA	70,4%	72,5%	73,4%

O EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) sigla em inglês para denominar o LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) não é uma medida e desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil e o IFRS e está divulgada pela Companhia em consonância com a Instrução da CVM 527/12.

O EBITDA consiste no lucro líquido antes da despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, do resultado financeiro líquido e das despesas com depreciação e amortização. A Margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pela receita operacional líquida.

O EBITDA e a Margem EBITDA não são medidores de performance conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e o IFRS e não representam os fluxos de caixa dos períodos apresentados e, portanto, não são uma medida alternativa aos resultados ou fluxos de caixa. A Companhia utiliza o EBITDA e a Margem EBITDA como medidas de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares. Embora o EBITDA possua um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Instrução CVM 527/12, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse padrão. Nesse sentido, caso o padrão instituído pela Instrução CVM 527/12 não seja adotado por outras sociedades, o EBITDA divulgado pela Companhia pode não ser comparável ao EBITDA divulgado por outras sociedades.

Lucro Líquido

Em 2018, o lucro líquido do exercício atingiu R$ 42,8 milhões representando uma redução de 10,4% (R$ 5 milhões) comparado com o lucro líquido de 2017, decorrente da escassez de vento, gerando menor produção de energia.

Destinação do Lucro Líquido do Exercício

De acordo com o estatuto social da Companhia, e o que determina o artigo 193 e 202 da Lei n.º 6.404/76, foram destinados 5% do lucro líquido do exercício social para a constituição da reserva legal, e 50% do lucro líquido do exercício destinados aos acionistas a título de dividendo obrigatório. Em assembleia posterior ao encerramento do exercício, a administração destinou o restante do lucro líquido aos acionistas a título de dividendo obrigatório.

No entanto, dentro dos limites do § 3º, inciso II, do artigo 202 da Lei n.º 6.404/76, o efetivo pagamento aos acionistas, conforme destacado no estatuto, está condicionado as cláusulas restritivas de distribuição de dividendos assumidas junto ao Contrato de Financiamento firmado com o BNDES e Bancos Repassadores. As principais cláusulas restritivas exigem: a) ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) superior a 1,3; b) geração de energia elétrica de no mínimo 75% da energia anual contratada junto à Eletrobras; pagamento de amortização anual de dívida subordinada contratada junto ao COFIDES (Companhia Española de Financiación del Desarrollo), em euros.

Após cumprir todas as exigências contratuais, a Companhia obteve aprovação do BNDES e Bancos Repassadores e distribuiu aos acionistas R$ 7,7 milhões em 2018, R$ 186 mil em 2017 e R$ 12 milhões em 2016.

Endividamento

No final de 2018 a dívida financeira com financiamento da Companhia atingiu R$ 87,5 milhões, apresentando uma redução de 37% em 2018. Estes dados representam adequadamente a proximidade do término do financiamento mantido junto ao BNDES e Bancos Repassadores, na qual a última amortização está prevista para julho/2019.

Indicadores econômico-financeiros

Os principais indicadores econômico-financeiros ao final dos exercícios de 2018, 2017 e de 2016 são:

	2018	2017	2016
Liquidez Geral	0,43	0,38	0,31
Liquidez Corrente	0,98	0,76	0,57
Grau de Imobilização	1,84	1,94	2,01
Endividamento Total s/Patrimônio Líquido	1,49	1,51	1,45
Endividamento Total s/Ativo Total	0,60	0,60	0,59
Endividamento de Longo Prazo	1,34	1,31	1,35

Conforme os indicadores acima referidos, constata-se que a situação econômico-financeira da Companhia se manteve estável em relação ao exercício anterior, restando claro o acerto das linhas de gestão adotadas.

5. Investimentos

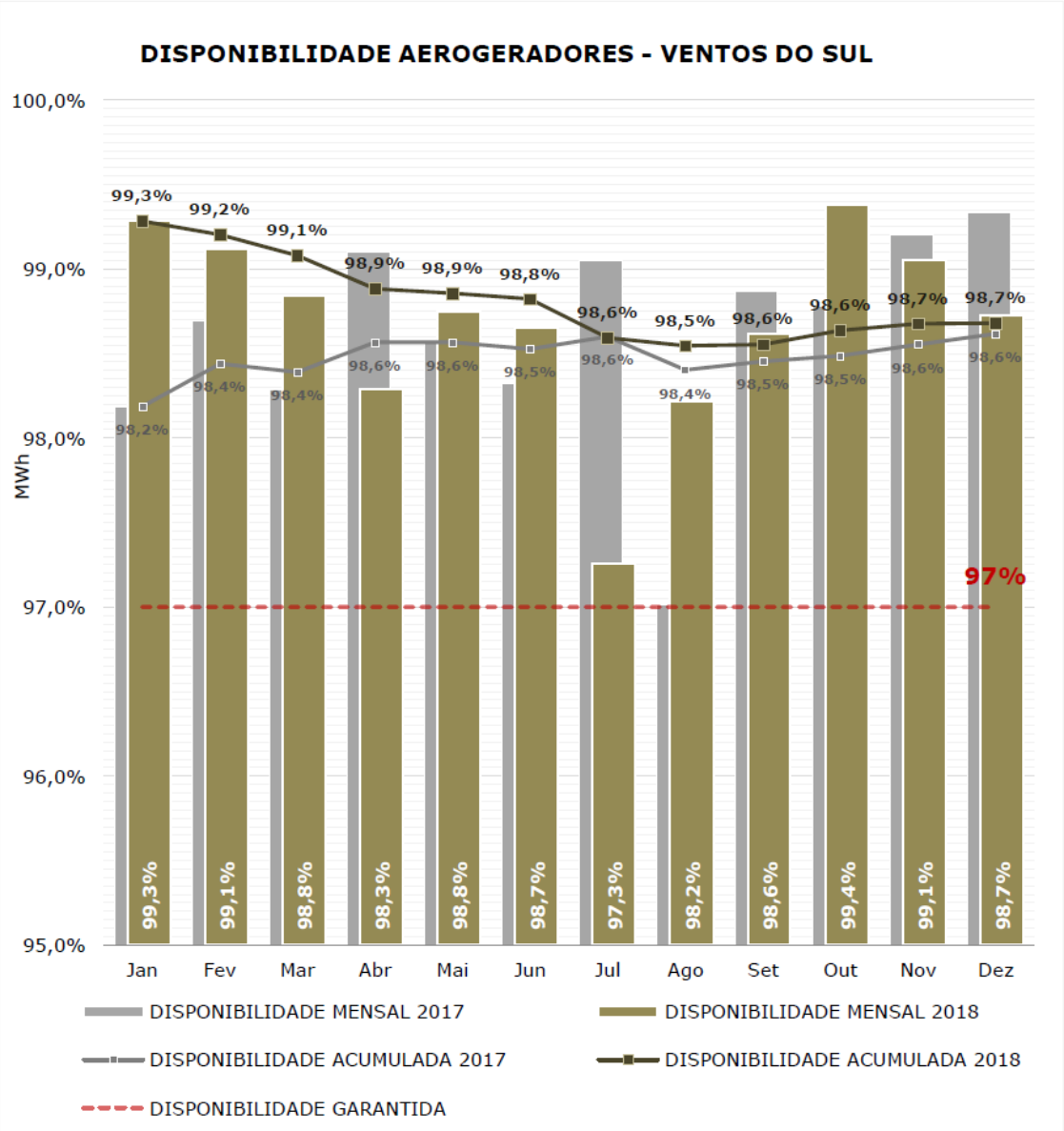
A Companhia investe exclusivamente na geração, transmissão e distribuição de energia elétrica de fonte eólica e acredita que essa característica a diferencia ao possibilitar a redução dos riscos e despesas relacionados à prospecção de projetos pré-operacionais garantindo sua previsibilidade.

A Companhia entende que o setor de energia renovável brasileiro possui grande espaço para consolidação e considera estar bem posicionada para participar na geração de energia renovável nos próximos anos em função do que acredita ser seu robusto desempenho em operações e dos investimentos realizados no setor na região.

A Companhia acredita que seu modelo de negócios apresenta uma equação de risco diferenciada, na medida em que foca na geração, transmissão e distribuição da energia produzida por seus ativos operacionais, que já superaram sua fase de implantação, eliminando os riscos relacionados a projetos em desenvolvimento e a projetos em implantação. A Companhia não assume riscos relacionados à prospecção e desenvolvimento de projetos, não realiza investimentos em projetos pré-operacionais e não executa a construção de novos empreendimentos.

A companhia possui contrato de O&M com o fornecedor dos aerogeradores, que compreende a manutenção preventiva e corretiva. Este contrato possibilita o acompanhamento contínuo dos equipamentos, e estabelece uma disponibilidade média de 97% dos aerogeradores. Desta forma não se faz necessário reinvestimentos em capex. Os resultados obtidos indicam que as máquinas mantem ou superam, após 13

anos de produção, a mesma disponibilidade do início da operação conforme pode ser comprovado nos gráficos abaixo, 98,7% em 2018, 98,6% em 2017 e 98,4% em 2016:



6. Gestão corporativa

Gestão de Recursos Humanos

A Administração da Companhia é formada pelo Conselho de Administração e Diretoria. O Conselho de Administração é composto de, no mínimo, 3 e, no máximo, 11 membros, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral com mandato de 3 anos, sendo permitida a reeleição. A Diretoria é composta por 3 membros, sendo um Diretor Presidente, um Diretor de Relações com Investidores e um Diretor sem designação

específica, eleitos pelo Conselho de Administração, por um prazo de mandato unificado de 3 anos, sendo permitida a reeleição e destituição.

A Companhia é gerida no formato de Sociedade de Propósito Específico (SPE) e a gestão administrativa e operacional é terceirizada por empresas especializadas nas respectivas áreas e, portanto, não possui colaboradores diretos.

Gestão ambiental

A gestão ambiental da Ventos do Sul Energia S/A é realizada pela terceirizada Enerfin do Brasil Sociedade de Energia LTDA ("Enerfín"), mediante contrato de gestão firmado entre as partes. A Enerfín é certificada pela ISO 14001:2015.

A seguir reproduzimos a Política Integrada da Enerfín, adotada pela Companhia:

A Enerfín, promove e gerencia a Exploração Integral de projetos energéticos e de meio ambiente, incluindo a produção de energia elétrica de origem eólica em seus parques. Com o objetivo da implantação de um Sistema Integrado de Gestão Ambiental e Saúde e Segurança no Trabalho, a Diretoria Geral deseja manifestar para sociedade, seu respeito a proteção da segurança, saúde e meio ambiente, estabelecendo uma declaração de intenções, coerentes com a Política Integrada do GRUPO ELECNOR na qual a Enerfín pertence, que expõe os princípios estratégicos e ação para a preservação e proteção do ambiente e do trabalho, com objetivo primordial de assegurar o desenvolvimento sustentável de suas atividades.

A Enerfín estabelece os Princípios Gerais a que está comprometido e que devem reger o funcionamento de toda a organização em matéria de Meio Ambiente e Prevenção de Saúde e Segurança, de modo que sirvam de referência para definir e revisar objetivos que melhorem continuamente a eficácia dos sistemas de gestão. Estes princípios são:

- O estrito cumprimento da legislação vigente aplicável e outros requisitos que a Enerfín se insere nos mercados que atua.
- A prevenção de danos e deterioração da saúde dos nossos trabalhadores, melhoria das condições de trabalho, a fim de elevar o nível de proteção da sua segurança e saúde.
- A prevenção da poluição e a redução do consumo.

Princípios de atuação em Prevenção de Riscos Laborais

Relatório da Administração

A saúde e segurança dos colaboradores são valores essenciais para a Enerfín. Em termos globais, nossa estratégia em matéria de Prevenção de Riscos Laborais se rege pelos seguintes princípios de atuação:

- Adoção de recursos materiais que contribuem para a segurança.
- Ênfase na formação de técnicas de prevenção.
- Desenvolver campanhas de conscientização entre os colaboradores em matéria de saúde e segurança.
- Realização permanente de inspeções e auditorias nos locais de trabalho e adoção de medidas de prevenção.

Mas nenhuma iniciativa empresarial será eficaz sem a cooperação total dos colaboradores, que são chamados a:

- Desenvolver trabalho de acordo com as regras, instruções e procedimentos de execução estabelecidas pela empresa.
- Usar corretamente os equipamentos de proteção individual e coletivos fornecidos pela empresa.
- Utilizar adequadamente os equipamentos, ferramentas, veículos e quaisquer outros meios utilizados para o desenvolvimento das atividades de trabalho.
- Não realizar trabalhos onde exista risco grave e eminente, devendo informar a seu superior hierárquico para determinar as medidas necessárias para eliminação dos riscos existentes.

Princípios de atuação em Gestão Ambiental

A Enerfín, consciente da importância que o respeito ao MEIO AMBIENTE tem:

- na manutenção e melhora da qualidade de vida da sociedade;
- na sustentabilidade de seu projeto empresa;
- na realização de seu objetivo de excelência na prestação de todas as suas atividades e serviços;

Incorpora em seu conceito de negócio uma série de práticas e ações respeitosas com o meio ambiente estabelecendo como compromisso:

- A atualização do Sistema de Gestão Ambiental segundo a Norma NBR ISO 14001.

- O cumprimento da legislação ambiental aplicável e outras normas de aplicação, sendo mais exigente com os requisitos especificados sempre que for possível.
- A otimização dos consumos de água, energia e matéria-prima, incrementando a eficácia de suas utilizações, e favorecer o consumo de materiais que assegurem uma maior proteção ambiental.
- A planificação das atividades de forma a assegurar a prevenção de contaminações, garantindo a melhora contínua do comportamento ambiental.
- A minimização do impacto ambiental das atividades, dando ênfase para a gestão de resíduos, seguindo a filosofia de reduzir, reutilizar e reciclar, e quando isso não for possível, dar o destino final que assegure o menor impacto ao meio ambiente.
- O incentivo à colaboração, na melhor gestão ambiental, de todos os empregados, subcontratados e colaboradores favorecendo a comunicação e formação.
- A manutenção de uma atitude de transparência para informar sobre a gestão ambiental.

Enfim, o compromisso de contribuir ao desenvolvimento sustentável, constituindo a presente declaração de política ambiental um elemento base da política da empresa. Além disso, a empresa segue outros requisitos estabelecidos pela Política ambiental e Saúde e Segurança no Trabalho da organização Elecnor, controladora da Enerfín.

A Enerfín estabeleceu os canais de informação e comunicação adequados para que essa política seja conhecida e compreendida por todas as pessoas da organização e por aqueles que trabalhem em seu nome, para que estejam conscientes de suas obrigações e os compromissos que elas implicam. Também está disponível para o público e as partes interessadas, através do site www.enerfin.com.br.

7. Auditores independentes

A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes foi contratada pela Ventos do Sul Energia S/A para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia. Em atendimento à Instrução CVM 381/03, informamos que a Deloitte prestou, em 2019, serviços não relacionados à

auditoria externa cujos honorários agregados foram superiores a 5% do total de honorários recebidos pelo serviço de auditoria contábil.

Referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, a Deloitte prestou, além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras, auditoria das demonstrações financeiras reapresentadas referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016 para cumprimento das exigências de companhia na CVM, os seguintes serviços:

Natureza	Contratação	Duração
Diagnóstico contábil referente aos requisitos de divulgação das demonstrações	14/05/2019	Inferior a 12 meses

O montante total da remuneração dos auditores independentes referentes ao último exercício social ano de 2018 foi de R$ 215.340,00, e os honorários prestados além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras representou cerca de 22% dos serviços totais.

Conforme previsto pela Instrução CVM 381/03, a Deloitte declarou à Administração que, em razão do escopo e dos processo executados, a prestação dos serviços supramencionados não afetam a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa.

8. Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos Acionistas pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade, bem como a todos os membros da atual Diretoria.

Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho aos construtores do empreendimento, assim como aos proprietários rurais parceiros, colaboradores, prestadores de serviços, seguradoras, entidades financeiras, e demais agentes do Setor Energético, e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão como produtora de energia.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018, 2017 e 2016 – Reapresentação - Ventos do Sul Energia S.A.

Balanço Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2018, 2017 E 2016 - Reapresentação
(Em milhares de reais)

Ativo	**Nota**	**2018**	**2017**	**2016**
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	5	32.375	31.470	32.315
Aplicações financeiras	5	27.074	14.043	-
Contas a receber de clientes	6	23.921	22.849	15.369
Despesas antecipadas		522	415	503
Impostos a recuperar	7	114	114	1.544
Créditos diversos		11	4	111
		84.017	**68.895**	**49.842**
Não Circulante				
Aplicações financeiras vinculadas	8	17.280	20.547	18.631
Impostos a recuperar	7	4.994	4.888	10.059
Outros Créditos		175	144	112
IRPJ e CSLL diferidos	9	4.632	3.888	-
Investimentos		57	57	53
Imobilizado	10	316.569	334.405	351.833
		343.707	**363.929**	**380.688**
		427.724	**432.824**	**430.530**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018, 2017 e 2016 – Reapresentação - Ventos do Sul Energia S.A.

Balanço Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2018, 2017 E 2016 - Reapresentação
(Em milhares de reais)

Passivo	Nota	2018	2017	2016
Circulante				
Fornecedores		977	1.015	1.235
Contas a pagar - Eletrobras	11	37.311	22.512	23.194
Financiamentos	12	42.274	59.117	57.192
Impostos a recolher		977	1.731	572
Provisão IRPJ e CSLL	9	913	2.714	2.069
Partes relacionadas	22	2.419	2.558	2.138
Outras obrigações		668	646	613
		85.539	**90.293**	**87.013**
Não Circulante				
Financiamentos	12	45.285	80.677	129.292
Dividendos a pagar	16.c.2	124.950	89.683	38.850
		170.235	**170.360**	**168.142**
Total do Passivo		**255.774**	**260.653**	**255.155**
Patrimônio Líquido				
Capital social	16	140.964	140.964	140.964
Reservas de lucro	16	30.986	31.207	34.411
Total do patrimônio líquido		**171.950**	**172.171**	**175.375**
		427.724	**432.824**	**430.530**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018, 2017 e 2016 – Reapresentação - Ventos do Sul Energia S.A.

Demonstrações de Resultados

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018, 2017 E 2016 - Reapresentação
(Em milhares de reais)

	Nota	2018	2017	2016
Receita Operacional Líquida	17	140.087	148.921	138.170
Custo da Operação	19	(60.822)	(60.392)	(56.009)
LUCRO BRUTO		**79.265**	**88.529**	**82.161**
Despesas / Receitas Operacionais				
Gerais e administrativas	19	(4.507)	(4.264)	(4.119)
Outras receitas operacionais, líquidas	23	4.555	4.201	4.148
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro		**79.313**	**88.466**	**82.190**
Receitas financeiras	20	4.990	6.195	8.756
Despesas financeiras	20	(8.343)	(13.242)	(19.993)
Variação cambial, líquida	20	(9.852)	(10.237)	19.042
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**66.108**	**71.182**	**89.995**
Imposto de Renda e Contribuição Social	9			
Corrente		(24.011)	(27.254)	(21.021)
Diferido		744	3.888	(9.379)
Lucro Líquido do Exercício		**42.841**	**47.816**	**59.595**
Lucro por ações				
Lucro Líquido Básico por ação	21	**0,30**	**0,34**	**0,42**
Lucro Líquido Diluído por ação	21	**0,30**	**0,34**	**0,42**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018, 2017 e 2016 – Reapresentação - Ventos do Sul Energia S.A.

Demonstrações de Resultados Abrangentes

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018, 2017 E 2016 - Reapresentação
(Em milhares de reais - R$)

	2018	2017	2016
Lucro Líquido do Exercício	42.841	47.816	59.595
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-
Resultado Abrangente do Exercício	**42.841**	**47.816**	**59.595**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018, 2017 e 2016 – Reapresentação - Ventos do Sul Energia S.A.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018, 2017 E 2016 - Reapresentação
(Em milhares de reais)

	Nota	Capital Social	Reservas de Lucro		Lucros Acumulados	Total
			Reserva Legal	Reserva Especial		
Saldo em 31 de dezembro de 2015		**140.964**	**3.124**	**4.647**	**-**	**148.735**
Lucro líquido do exercício	16	-	-	-	59.595	59.595
Constituição de reserva legal	16.b1	-	2.980	-	(2.980)	-
Constituição de reserva especial	16.b2	-	-	28.307	(28.307)	-
Destinação de Dividendos	16.c.2			(4.647)	(28.308)	(32.955)
Saldo em 31 de dezembro de 2016		**140.964**	**6.104**	**28.307**	**-**	**175.375**
Lucro líquido do exercício	16	-	-	-	47.816	47.816
Constituição de reserva legal	16.b1	-	2.391	-	(2.391)	-
Constituição de reserva especial	16.b2	-	-	22.712	(22.712)	-
Destinação de Dividendos	16.c.2			(28.307)	(22.713)	(51.020)
Saldo em 31 de dezembro de 2017		**140.964**	**8.495**	**22.712**	**-**	**172.171**
Lucro líquido do exercício	16	-	-	-	42.841	42.841
Constituição de reserva legal	16.b1	-	2.142	-	(2.142)	-
Constituição de reserva especial	16.b2	-	-	20.349	(20.349)	-
Destinação de Dividendos	16.c.2			(22.712)	(20.350)	(43.062)
Saldo em 31 de dezembro de 2018		**140.964**	**10.637**	**20.349**	**-**	**171.950**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018, 2017 e 2016 – Reapresentação - Ventos do Sul Energia S.A.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018, 2017 E 2016 - Reapresentação
(Em milhares de reais)

	Nota	2018	2017	2016
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais				
Lucro líquido do exercício		**42.841**	**47.816**	**59.595**
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas				
atividades operacionais:				
Imposto de renda e Contribuição social	9	23.267	23.366	30.400
Variações monetárias e cambiais	20	9.852	10.237	(19.042)
Crédito de Pis e Cofins e depreciação acelerada		(4.556)	(4.396)	(4.580)
Juros sobre a dívida		7.836	12.829	18.710
Despesas (Receitas) Financeiras		83	(129)	180
Depreciação e amortização	10	19.380	19.379	19.310
		98.703	**109.102**	**104.573**
Variações nos ativos e passivos operacionais:				
Aplicações financeiras		(13.031)	(14.043)	-
Contas a receber de clientes		(1.072)	(7.480)	(238)
Créditos diversos		(38)	75	(152)
Impostos a recuperar		(106)	1.103	6.661
Despesas antecipadas		(107)	88	(2)
Fornecedores		(38)	(220)	(845)
Provisões		-	-	(1.372)
Contas a pagar - Eletrobras	11	14.799	(682)	(19.838)
Impostos a recolher		(2.382)	5.360	19
Partes Relacionadas		(139)	420	218
Outras obrigações		22	33	118
Caixa gerado pelas atividades operacionais		**96.611**	**93.756**	**89.142**
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos		(21.148)	(22.225)	(17.726)
Pagamento de juros	12	(10.749)	(14.164)	(16.935)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**64.714**	**57.367**	**54.481**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento				
Aquisição de imobilizado	10	(107)	(518)	(677)
Caixa líquido aplicado pelas atividades de investimento		**(107)**	**(518)**	**(677)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento				
Pagamento de financiamentos	12	(59.174)	(55.592)	(56.606)
Pagamento de dividendos	16	(7.795)	(186)	(12.030)
Aplicaçoes financeiras vinculadas		3.267	(1.916)	785
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		**(63.702)**	**(57.694)**	**(67.851)**
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		**905**	**(845)**	**(14.047)**
Demonstração do Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa				
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		31.470	32.315	46.362
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		32.375	31.470	32.315

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018, 2017 e 2016 – Reapresentação - Ventos do Sul Energia S.A.

Demonstrações do Valor Adicionado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018, 2017 E 2016 - Reapresentação
(Valores expressos em milhares de reais)

	2018	2017	2016
Receitas	**159.052**	**168.333**	**156.552**
Vendas de energia	154.497	164.132	152.404
Outras receitas	4.555	4.201	4.148
Insumos Adquiridos de Terceiros	**43.946**	**42.692**	**38.685**
Custos da Operação	39.871	39.401	35.148
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	4.075	3.291	3.537
Valor Adicionado Bruto	**115.106**	**125.641**	**117.867**
Depreciação e Amortização	19.380	19.379	19.310
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade	**95.726**	**106.262**	**98.557**
Valor Adicionado Recebido em Transferência	**4.854**	**5.646**	**8.588**
Receitas financeiras	4.854	5.646	8.588
Valor Adicionado Total a Distribuir	**100.580**	**111.908**	**107.145**
Distribuição do Valor Adicionado	**100.580**	**111.908**	**107.145**
Pessoal	**-**	**126**	**168**
Remuneração direta	-	6	67
Benefícios	-	120	101
Impostos, taxas e contribuições	**37.677**	**38.577**	**44.634**
Federais	37.677	38.577	44.634
Remuneração de capitais de terceiros	**20.062**	**25.389**	**2.748**
Juros	18.195	23.479	951
Aluguéis	1.867	1.910	1.797
Remuneraçao de capitais proprios	**42.841**	**47.816**	**59.595**
Lucro líquido do exercício	42.841	47.816	59.595
	100.580	**111.908**	**107.145**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de reais – R$)

1. Informações gerais

1.1. Contexto Operacional

A Ventos do Sul S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede e foro na Av. Carlos Gomes, 222 – Sala 701, cidade de Porto Alegre/RS, que em 9 de maio de 2005, através de transformação do tipo jurídico de sociedade limitada para sociedade anônima, sucedeu a empresa Enerfin do Brasil – Produtora de Energia Ltda., constituída em 30 de setembro de 2003.

A Companhia tem como controlador direto a Rio Sul 1 Energia Ltda com 80% das ações. A Enerfín Enervento Exterior S.L.U detém 100% do capital social da Rio Sul 1 Energia Ltda e possui a Enerfín Sociedad de Energia S.L.U como acionista controlador. A Elecnor S/A detém 100% do capital social de Enerfín Sociedad de Energía S.L.U.

A Companhia apresenta a seguinte estrutura societária:

Acionistas	Ações	% de Participação
Rio Sul 1 Energia Ltda.	112.771.200	80%
Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE – GT	14.096.400	10%
Wobben Windpower Indústria e Comércio Ltda.	14.096.400	10%
	140.964.000	**100%**

A Companhia tem por objeto principal a geração de energia eólica para fins de comércio em caráter permanente, como Produtor Independente de Energia, sem constituir-se em concessionária de serviço público.

Notas Explicativas

Habilitação	Contratos	Local de Geração: Município de Osório/RS
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, autorizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para atuação como Produtora Independente de Energia	Contrato para compra e venda de energia elétrica com a Eletrobrás – Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	Parque Eólico de Osório composto por 25 aerogeradores com capacidade individual de 2 MW/h, entrou em operação em 29 de junho de 2006
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, autorizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para atuação como Produtora Independente de Energia	Contrato para compra e venda de energia elétrica com a Eletrobrás – Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	Parque Eólico de Sangradouro composto por 25 aerogeradores com capacidade individual de 2 MW/h, entrou em operação em 30 de setembro de 2006
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, autorizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para atuação como Produtora Independente de Energia	Contrato para compra e venda de energia elétrica com a Eletrobrás – Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	Parque Eólico dos Índios composto por 25 aerogeradores com capacidade individual de 2 MW/h, entrou em operação em 13 de dezembro de 2006

a) Licenças e autorizações

A Fundação Estadual de Proteção Ambiental – FEPAM, emitiu Declaração Online de Prorrogação de Licença Ambiental (LO) para a operação dos parques eólicos, indicando que o prazo de validade da Licença Ambiental, LO n.º 6131/2014-DL, concedida através do processo administrativo n.º 002714-0567/14-5, emitida em 28/10/2014, fica Prorrogado por tempo indeterminado, até manifestação da FEPAM no processo 002898-0567/18-1. A situação atualizada do Empreendimento poderá ser consultada no site ww3.fepam.rs.gov.br.

A Agência nacional de energia elétrica – ANEEL, publicou a resolução n.º 692, de 17 de dezembro de 2002, autorizando a Companhia como produtor Independe de Energia Elétrica, mediante a implantação da central eólica, no município de Osório, Estado do Rio Grande do Sul, pelo prazo de trinta anos, a contar da data de publicação do Diário Oficial da União em 18.12.2002, seção1, p.72 v. 139, n.244.

b) Contrato Proinfa

O prazo do contrato de Compra e Venda de energia no âmbito do Proinfa firmado com a Eletrobrás é de 20 anos, encerrando-se em 2026.

c) Risco da Operação

Se considerado os 12 anos de operação dos parques eólicos da Companhia (2007 a 2018), a geração média anual equivale a 362.646 MW, com uma velocidade média do mesmo período histórico superior de 6 m/s. Estes dados históricos revelam a maturidade do projeto e são indicativos de redução de risco da operação.

1.2. Continuidade Operacional

A Companhia apresentou nas informações contábeis o capital circulante líquido negativo no montante de R$ 1.522 em 2018, R$ 21.398 em 2017 e R$ 37.171 em 2016. A redução sistemática da necessidade de capital de giro deve-se principalmente as amortizações referente aos financiamentos contratados para a instalação do parque eólico e adiantamentos contratuais de recebíveis que quando superiores a produção, devem ser devolvidos no exercício seguinte. Este cenário é comum aos três exercícios em análise, e confirma as expectativas da Companhia no tocante a continuidade operacional.

Com base nas informações indicadas, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando e entende que a manutenção atual da gestão de seus ativos seja suficiente para dar continuidade a suas operações no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

2. Principais políticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei n.º 6.404/76 com alterações da Lei n.º 11.638/07 e Lei n.º 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, intepretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“International Financial Reporting Standards-IFRSs”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board – IASB.

A Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração em 10 de junho de 2019.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico e em reais que é considerada a moeda funcional da Companhia. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Na preparação das suas demonstrações financeiras, a Companhia adotou todos os pronunciamentos e respectivas interpretações técnicas e orientações técnicas emitidos pelo CPC, que juntamente com as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira são denominados como práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

2.3 Reapresentação das Demonstrações Financeiras.

Visando atender aos requerimentos da CVM 480, que dispõe sobre registros de emissores de valores mobiliários admitidos à negociação em mercados regulamentados de valores mobiliários, as demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas referentes aos exercícios findos em 31 dezembro de 2018, 2017 e 2016 estão sendo reapresentadas, pois a Administração da companhia complementou as divulgações de suas notas explicativas, e efetuou reclassificações conforme demonstrado abaixo. A reapresentação também se deve em decorrência do ajuste de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos sobre a variação cambial no exercício de 2018. Os efeitos no balanço patrimonial, nas demonstrações do resultado e do fluxo de caixa antes e após os ajustes, igualmente são demonstrados abaixo:

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018, 2017 e 2016 – Reapresentação - Ventos do Sul Energia S.A.

Reclassificação dos itens das demonstrações financeiras

a.i) Efeitos no Balanço Patrimonial em 31.12.2018

	Saldos em 31.12.2018		
	Publicado	***Ajustes***	***Reapresentado***
Ativo Circulante	**84.017**	**-**	**84.017**
Ativo não Circulante	**348.105**	**(4.398)**	**343.707**
IRPJ e CSLL diferidos	9.030	(4.398)	4.632
Outros ativos não circulantes	339.075	-	339.075
Total do Ativo	**432.122**	**(4.398)**	**427.724**
Passivo Circulante	**85.539**	**-**	**85.539**
Passivo não Circulante	**172.324**	**(2.089)**	**170.235**
Dividendos a pagar	127.039	(2.089)	124.950
Outros passivos não circulantes	45.285	-	45.285
Patrimônio Líquido	**174.259**	**(2.309)**	**171.950**
Capital Social	140.964	-	140.964
Reservas de Lucro	33.295	(2.309)	30.986
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**432.122**	**(4.398)**	**427.724**

a.ii) Efeitos na Demonstração do Resuldo do exercício findo em 31.12.2018

	Saldos em 31.12.2018		
	Publicado	***Ajustes***	***Reapresentado***
Receita Operacional Liquida	**140.087**	**-**	**140.087**
LUCRO BRUTO	**79.265**	**-**	**79.265**
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro	**79.313**	**-**	**79.313**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	**66.108**	**-**	**66.108**
Imposto de Renda e Contribuição Social			
Corrente	(24.011)	-	(24.011)
Diferido	5.142	(4.398)	744
Lucro Líquido do Exercício	**47.239**	**(4.398)**	**42.841**

a.iii) Efeitos na Demonstração do Fluxo de Caixa do exerício findo em 31.12.2018

	Saldos em 31.12.2018		
	Publicado	***Ajustes***	***Reapresentado***
Lucro líquido do exercício	47.239	(4.398)	42.841
Imposto de renda e contribuição social	18.869	4.398	23.267

Nota explicativa nº 13.3: Instrumentos Financeiros – Risco de Liquidez.

Nota explicativa nº 13.8: Instrumentos Financeiros - Análise de Sensibilidade – Instrução normativa CVM n° 475/08.

Nota explicativa nº 18: Segmento Operacional – IFRS 8.

Nota explicativa n° 21: Lucro por Ação - CPC 41 “Resultado por Ação”.

Nota explicativa nº 24: Eventos Subsequentes.

Demonstração de Valor Adicionado (DVA) – CPC 09.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios, e possuem vencimentos inferiores há 90 dias ou sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

2.4. Contas a receber de clientes

As contas a receber são avaliadas pelo montante original da venda, deduzida de provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando necessário. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de receber todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

2.5. Imobilizado

Terrenos, edificações, imobilizações em andamento, móveis e utensílios e equipamentos estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulados, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados, limitados ao prazo de autorização das usinas, quando aplicável.

Os terrenos não sofrem depreciação.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo, pelo método linear, a partir da data de homologação dos ativos, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final de cada

exercício social e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

2.6. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.7. Tributação

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque é ajustado por receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Impostos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos ("imposto diferido") é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

2.8. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo

é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.9. Reconhecimento de receita

A receita proveniente da venda de energia gerada é registrada com base no volume gerado no período e na tarifa especificada nos contratos de fornecimento.

Os valores são faturados para os clientes de acordo com os volumes de energia contratados. A Companhia pode em certos períodos gerar energia em quantidade inferior ou superior àquela prevista nos seus contratos de fornecimento, para essa diferença é constituída uma obrigação, quando o volume gerado de energia for inferior a contratada, que é registrada na rubrica “adiantamento de clientes” ou um direito, quando o volume de energia for superior a contratada, que é registrado na rubrica “contas a receber”.

O valor registrado na rubrica “adiantamento de clientes” e “contas a receber” é devolvido ou recuperado no exercício seguinte em doze parcelas iguais, conforme estabelecido em contrato.

2.10 Ativos e passivos financeiros

A Companhia adota os requerimentos do CPC 48 (IFRS 9) para seus ativos e passivos financeiros. A mensuração subsequente de um determinado item depende da classificação do instrumento, que é determinada no reconhecimento inicial e reavaliada anualmente, e considera o modelo de negócio da Companhia para a gestão dos ativos e a análise dos fluxos de caixa contratuais. Os instrumentos consistem em aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, outras contas a pagar.

a) Custo amortizado

Os ativos cujo principal objetivo da Companhia é colher os fluxos de caixa contratuais, os quais representam somente o pagamento de principal e juros, e passivos financeiros que são mensurados pelo custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Atualização monetária, juros e variação cambial, deduzidos de perdas ao valor recuperável (quando aplicável), são reconhecidos no resultado como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos. Os principais instrumentos que a Companhia possui nesta categoria são contas a receber, depósitos e outros créditos, empréstimos e fornecedores.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

b) Mensurados ao valor justo por meio de resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

2.10.1 Reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.11 Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos.

2.12 Demonstração do Valor Adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante o período findo em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016 e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas na Deliberação do CMV nº557/08 e no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das

perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (participação nos lucros de coligadas, controladas e empreendimentos controlados em conjunto, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.13. Demonstração do fluxo de caixa

Para a demonstração de fluxo de caixa referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016 a Companhia preparou a mesma pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação da Comissão de Valores Mobiliários – CVM nº 641, de 07 de outubro de 2010, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) – Demonstração de Fluxo de Caixa.

3. Novas normas, alterações e interpretações de normas

Adoção de pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados

A Companhia adotou inicialmente o IFRS – 15 Receitas de Contratos com Clientes e a IFRS 9 – Instrumentos Financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018, sem efeito material nas demonstrações financeiras.

a) CPC 47/IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes

Estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. O CPC 47 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) - Receitas, CPC 17 (IAS 11) - Contratos de Construção e a CPC 30 - Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente.

Após análises realizadas, a Companhia não identificou efeitos significativos da adoção desta norma nas Demonstrações Financeiras dado que o controle e todos os direitos e benefícios das vendas de produtos e prestação de serviços da Companhia fluem para o cliente no momento da realização da transação ou na aferição do benefício do próprio serviço.

b) CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

A IFRS 9 simplificou o modelo de mensuração atual para ativos financeiros e estabeleceu três categorias principais: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio do resultado; e (iii) valor por meio do Outros Resultados Abrangentes (OCI), dependendo do modelo de negócios e as características dos fluxos de caixa contratuais. No que diz respeito ao reconhecimento e mensuração de passivos financeiros, não houve mudanças em relação aos critérios atuais.

A IFRS 9 introduziu um novo modelo de perda por redução ao valor recuperável em ativos financeiros, ou seja, o modelo de perda de crédito esperado. A Companhia efetuou avaliação e concluiu que não há perdas esperadas para o

contas a receber de clientes.

Além dos efeitos nas provisões por inadimplência de recebíveis de clientes mencionadas acima, a adoção da IFRS 9 teve impacto na classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros, conforme segue:

Ativo/Passivo Financeiro	Classificação anterior	Classificação IFRS 9
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo através do resultado	Valor justo através do resultado
Títulos e valores mobiliários	Valor justo através do resultado	Valor justo através do resultado
Aplicações financeiras vinculadas	Valor justo através do resultado	Valor justo através do resultado
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Fornecedores	Outros passivos financeiros	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Contas a pagar - Eletrobras	Outros passivos financeiros	Custo amortizado
Partes Relacionadas e dividendos	Outros passivos financeiros	Custo amortizado

c) CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil

Requer o reconhecimento dos arrendamentos mercantis operacionais nos mesmos formatos dos arrendamentos mercantis financeiros (em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019. A Companhia avaliou o pronunciamento, principalmente, para os contratos de arrendamento de terrenos de suas usinas eólicas, por apresentarem valores relevantes e por serem de longo prazo. Pelo fato desses contratos de arrendamento apresentarem remuneração variável ao arrendador com base na energia gerada por cada complexo, a IFRS 16 não permite que seja reconhecido o passivo de arrendamento e, por consequência, o direito de exploração relacionados a esses contratos.

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e não adotadas

As novas IFRS emitidas pelo IASB e os respectivos pronunciamentos emitidos pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) e ainda não em vigor são:

a) IFRIC 23/ICPC 22 – Incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o lucro

Emitida em maio de 2017, surge com o intuito de esclarecer a contabilização de posições fiscais que poderão não ser aceitas pelas autoridades fiscais relativos às matérias de imposto de renda e contribuição social. Em linhas gerais, o principal ponto de análise da interpretação refere-se à probabilidade de aceitação do Fisco sobre o tratamento fiscal escolhido pela companhia.

A IFRS 23 / ICPC 22 é aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019. A Companhia avaliou a interpretação e não identificou riscos significativos, decorrentes dos tratamentos fiscais utilizados pela Companhia, que possam gerar questionamentos ou não serem aceitos pelo Fisco.

4. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia descritas na nota explicativa nº. 2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

4.1. Principais julgamentos na aplicação das políticas contábeis

A seguir são apresentados os principais julgamentos efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e que mais afetam significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

4.1.1. Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

A Administração revisou os ativos financeiros da Companhia em conformidade com o CPC 48/IFRS 9.

	2018	2017	2016
Ativos Financeiros	100.650	88.909	66.315
Passivos Financeiros	253.884	256.208	252.514

Os detalhes a respeito estão descritos na nota explicativa nº. 13.

4.2. Principais fontes de incertezas nas estimativas

A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas no final de cada exercício, que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício.

4.2.1 Vida útil dos bens do imobilizado

Conforme descrito na nota explicativa n.º 2.6, a Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente no final de cada exercício. No exercício de 2015, a Administração efetuou um estudo da vida útil estimada dos

bens do imobilizado e com base nos resultados encontrados, alterou a vida útil dos Aerogeradores e Infraestruturas, aumentando de 20 para 30 anos, limitado ao prazo de autorização das usinas, quando aplicável.

4.2.2. Avaliação de instrumentos financeiros

Conforme descrito na nota explicativa nº. 13, a Companhia usa técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº. 13 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

A Companhia não possui nenhuma reclamação com probabilidade de perda considerada provável.

5. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

O saldo de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras no final do exercício, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa pode ser conciliado com os respectivos itens dos balanços patrimoniais, conforme demonstrado a seguir:

	2018	2017	2016
Saldo de caixa e bancos	4.662	9.784	7.241
Aplicações financeiras	27.713	21.686	25.074
	32.375	**31.470**	**32.315**

	2018	2017	2016
Aplicações financeiras (a)	27.074	14.043	-

a) As aplicações financeiras referem-se a saldos que não são destinados para quitar compromissos de curto prazo.

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo demonstrados na data do balanço a valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Agente Financeiro	Tipo de Aplicação	Vencimento	Indexador	2018	2017	2016
Banco do Brasil	BB RF LP Corp 3 milh	Indefinido	CDI	3.114	1.980	4.565
Banco do Brasil	BB RF LP Corp 10milh	Indefinido	CDI	51.673	32.984	19.811
Banco do Brasil	BB CDB DI	30/11/2018	DI	-	765	698
				54.787	**35.729**	**25.074**
	Remuneração do CDI	**BB RF LP Corp 3 milh**		97,96%	100,14%	97,82%
		BB RF LP Corp 10milh		103,00%	103,26%	100,34%
	Rentabilidade efetiva	**BB RF LP Corp 3 milh**		6,29%	9,94%	13,69%
		BB RF LP Corp 10milh		6,61%	10,25%	14,05%

As aplicações financeiras referem-se principalmente a quotas do “Fundo de Renda Fixa BB RF LP Corp 10 milhões e BB RF LP Corp 3 milhões”, mantido junto ao Banco do Brasil S.A. As aplicações financeiras no fundo têm como meta remunerar o investimento a variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

6. Contas a receber de clientes

Estão demonstrados os valores a receber relativamente ao fornecimento de energia, conforme contrato firmado com a Eletrobrás, deduzido o ajuste financeiro relativo às perdas de energia no sistema, estimado mensalmente pela área técnica da Companhia, que resultou em 2,70% na média anual.

	2018	2017	2016
Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobrás S.A.	23.921	22.849	15.369

A administração da Companhia considera não ser necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa por não haver expectativa de perdas em toda a carteira de recebíveis em 31 de dezembro de 2018.

7. Impostos a recuperar

Refere-se aos valores retidos na fonte sobre recebimentos da Eletrobrás e sobre os rendimentos de aplicação financeira, bem como, os relativos à apropriação de créditos do PIS e da COFINS sobre a depreciação acelerada de Máquinas e Equipamentos, como segue:

	2018	2017	2016
IR a compensar	1.098	1.066	2.976
CSLL a compensar	-	-	3.336
PIS a compensar	710	696	944
COFINS a compensar	3.186	3.126	4.233
Outros Impostos a compensar	114	114	114
	5.108	**5.002**	**11.603**
Circulante	114	114	1.544
Não Circulante	4.994	4.888	10.059
	5.108	**5.002**	**11.603**

Os créditos acima apresentados são compensados de forma sistemática conforme determina a legislação fiscal e de acordo com a capacidade da Companhia de gerar tributos a pagar. A classificação entre circulante e não circulante está baseada na expectativa da Companhia em gerar tributos a pagar.

Os créditos de longo prazo estão assim compostos:

	2018	2017	2016
Créditos a Restituir - IRPJ e CSLL (a)	1.098	1.066	6.312
Créditos de PIS e COFINS (b)	3.896	3.822	3.747
	4.994	**4.888**	**10.059**

a) Créditos referentes a pedido de restituição protocolados junto à RFB.
b) Créditos de Pis e Cofins sobre bens imobilizados.

8. Aplicações financeiras vinculadas

Conforme previsto contratualmente, foram abertas três contas-correntes vinculadas ao financiamento obtido, todas mantidas junto ao Banco do Brasil S/A. As aplicações derivadas destas contas-correntes estão segregadas e apresentamos no ativo não circulante:

	2018	2017	2016
Aplicações financeiras vinculadas	17.280	20.547	18.631

De acordo com os contratos de financiamento com BNDES e outros agentes financeiros da Companhia, essas contas vinculadas deveram manter sempre recursos suficientes para o pagamento, a qualquer momento, de 03 meses do serviço da dívida desses contratos, incluindo pagamento de principal e juros e contratos de

O&M. Para apurar o valor deve-se considerar a primeira parcela vencida do principal e acessório da dívida decorrente desses contratos.

Agente Financeiro	Tipo de Aplicação	Vencimento	Indexador	2018	2017	2016
Banco do Brasil	BB RF LP Corp 10milh	Indefinido	CDI	17.280	20.547	18.631
		Remuneração do CDI		103,00%	103,26%	100,34%
		Taxa Nominal		6,61%	10,25%	14,05%

As aplicações financeiras correspondem a quotas do "Fundo de Renda Fixa BB RF LP Corp 10 milhões", mantido junto ao Banco do Brasil S.A., acrescidas dos rendimentos auferidos até o encerramento do exercício, o fundo tem como meta remunerar o investimento à variação do CDI.

9. Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

a) Impostos Correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque é ajustado por receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente:

Reconciliação do IR/CS - Lucro Real	**2018**	**2017**	**2016**
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	66.108	71.182	89.995
Alíquota combinada de impostos	34%	34%	34%
Despesa fiscal à alíquota combinada	(22.477)	(24.202)	(30.598)
Outras diferenças permanentes – líquidas	(790)	836	198
Imposto de renda e contribuição social	**(23.267)**	**(23.366)**	**(30.400)**
Corrente	(24.011)	(27.254)	(21.021)
Diferido	744	3.888	(9.379)
Total	**(23.267)**	**(23.366)**	**(30.400)**
Alíquota efetiva	**(35,20%)**	**(32,83%)**	**(33,78%)**

Notas Explicativas

b) Impostos Diferidos

b.1) O imposto de renda e contribuição social diferidos em 31 de dezembro refere-se a:

	2018	2017	2016
Imposto de renda diferido ativo			
Sobre Variação Cambial	547	2.859	(6.896)
Contribuição Social diferida ativa			
Sobre Variação Cambial	197	1.029	(2.483)
	744	**3.888**	**(9.379)**

b.2) Ativo Diferido referente a imposto de renda e contribuição social em 31 de dezembro:

	2018			2017			2016		
Ativo Diferido	**IR**	**CS**	**Total**	**IR**	**CS**	**Total**	**IR**	**CS**	**Total**
Despesas de variações cambiais tributadas pelo regime de caixa	3.406	1.226	**4.632**	2.859	1.029	**3.888**	-	-	**-**
Ativo Não Circulante	**3.406**	**1.226**	**4.632**	**2.859**	**1.029**	**3.888**	**-**	**-**	**-**

Nota: No exercício de 2016 o Ativo Diferido, resultado das despesas de Variações Cambiais, foi completamente realizado, em função da opção da tributação pelo regime de competência.

b.3) O Imposto de renda e Contribuição social diferidos referem-se à variação cambial dos financiamentos em moeda estrangeira. A realização do diferido está apresentada de acordo com a amortização da dívida:

Realização do ativo diferido

2019	1.158
2020	1.158
2021	1.158
2022	1.158
Total	**4.632**

10. Imobilizado

O ativo imobilizado, está segregado entre Administração Central e Operação do Sistema:

		2018			2017	2016
	Taxas anuais de depreciação e amortização %	**Custo**	**Depreciação e amortização acumulada**	**Líquido**	**Líquido**	**Líquido**
Administração central:						
Computadores	20%	788	(611)	177	138	180
Móveis e utensílios	10%	807	(650)	158	197	246
Instalações	10%	300	(99)	201	228	221
Máquinas e Equipamentos	10%	1.369	(543)	826	954	778
Veículos	20%	129	(39)	90	116	-
Operação do sistema:						
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,81%	84.807	(37.030)	47.777	50.400	53.004
Máquinas e equipamentos	3,11%	599.605	(332.265)	267.340	282.372	297.404
		687.805	**(371.237)**	**316.569**	**334.405**	**351.833**

	Imobilizações em Andamento	Edificações, Obras Civis e Benfeitorias e Outros	Máquinas e Equipamentos	Total
Saldo em 31/12/2015	1.521	55.072	312.436	369.029
Transferências	(1.783)	1.783	-	-
Adições	262	415	-	677
Outros (crédito PIS/COFINS)	-	-	1.437	1.437
Depreciação do exercício	-	(2.841)	(16.469)	(19.310)
Saldo em 31/12/2016	-	54.429	297.404	351.833
Adições	-	514	-	514
Outros (crédito PIS/COFINS)	-	-	1.437	1.437
Depreciação do exercício	-	(2.910)	(16.469)	(19.379)
Saldo em 31/12/2017	-	52.033	282.372	334.405
Adições	-	107	-	107
Outros (crédito PIS/COFINS)	-	-	1.437	1.437
Depreciação do exercício	-	(2.911)	(16.469)	(19.380)
Saldo em 31/12/2018	-	49.229	267.340	316.569

10.1. Ativos cedidos em garantia

Os Aerogeradores que compõem máquinas e equipamentos, com valor residual contábil de R$ 267.340 (R$ 282.372 em 2017 e R$ 297.404 em 2016) foram cedidos em garantia dos financiamentos (vide nota explicativa nº. 12). A Companhia não tem permissão de ceder esses ativos como garantia para outros empréstimos/financiamentos ou vendê-los.

10.2. Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado (impairment)

A Companhia avalia a cada data de apresentação os bens do imobilizado com a finalidade de identificar evidências que levem à perda de valores não recuperáveis desses ativos, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa perda é reconhecida no resultado. Não há quaisquer indicativos identificados que possam resultar na redução do valor recuperável dos seus ativos em 31 de dezembro de 2018.

A companhia possui contrato de O&M com o fornecedor dos aerogeradores, que compreende a manutenção preventiva e corretiva. Este contrato possibilita o acompanhamento contínuo dos equipamentos, e estabelece uma disponibilidade média de 97% dos aerogeradores. Os resultados obtidos, 98,7% em 2018, 98,6% em 2017 e 98,4% em 2016, indicam que as máquinas mantem ou superam, após 13 anos de produção, a mesma disponibilidade do início da operação.

11. Contas a pagar - Eletrobras

	2018	2017	2016
Contas a pagar - Eletrobras	37.311	22.512	23.194

Conforme Contrato de Compra e Venda de Energia, celebrado com a Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobrás, o somatório das diferenças mensais apuradas durante o ano, período de 12 meses começando em janeiro e terminando em dezembro, será compensado nos pagamentos do ano subsequente. O contrato, estabelece que a parcela do ajuste será calculada pela diferença entre o produto da energia gerada no ano anterior, referida ao centro de gravidade, pelo preço ajustado pela curva do fator de capacidade e o produto da contratada no ano anterior pelo preço unitário definido no contrato, rateada igualmente pelos 12 meses do ano

subsequente.

12. Financiamentos

12.1. A posição geral dos financiamentos é a seguinte:

			Circulante			Não circulante		
Instituição financeira	**Encargos de juros (a.a.)**	**Vencimento Final**	**2018**	**2017**	**2016**	**2018**	**2017**	**2016**
BNDES	TJLP + 3,50%	2019	5.987	10.197	10.088	-	5.865	15.911
BRDE	TJLP + 3,70%	2019	3.996	6.810	6.736	-	3.912	10.620
Banco Santander S.A	TJLP + 4,00%	2019	8.019	13.665	13.516	-	7.860	21.324
Banrisul S.A	TJLP + 3,70%	2019	1.142	1.946	1.925	-	1.457	3.273
Caixa RS	TJLP + 3,70%	2019	1.713	2.918	2.887	-	1.696	4.571
Banco do Brasil S.A	TJLP + 3,50%	2019	5.695	9.706	9.601	-	5.579	15.138
COFIDES	Euro + 4,50%	2022	15.722	13.875	12.439	45.285	54.308	58.455
			42.274	**59.117**	**57.192**	**45.285**	**80.677**	**129.292**

Mapa Movimentação de Empréstimos - BNDES

	2018	**2017**	**2016**
Saldo inicial	71.611	115.590	158.065
Apropriação de Juros	4.945	9.826	14.841
Amortização	(50.004)	(53.805)	(57.316)
Saldo final	**26.552**	**71.611**	**115.590**

Mapa Movimentação de Empréstimos - Cofides

	2018	**2017**	**2016**
Saldo inicial	68.183	70.894	102.292
Variação cambial	9.852	10.237	(19.042)
Apropriação de Juros	2.891	3.003	3.869
Amortização	(19.919)	(15.951)	(16.225)
Saldo final	**61.007**	**68.183**	**70.894**

O cronograma de pagamento da parcela de longo prazo dos financiamentos é o seguinte:

2020	15.095
2021	15.095
2022	15.095
Total	**45.285**

Os financiamentos representam os valores liberados pelo BNDES e outros agentes financeiros para efetivação do projeto dos Parques Eólicos, conforme contratos firmados em 4 de outubro de 2005, estando apresentados considerando os encargos incorridos até o encerramento de cada exercício, distribuídos em circulante e não circulante conforme o prazo de carência e de vencimento dos mesmos.

12.2. Reconciliação de atividades de financiamento da DFC

A tabela a seguir detalha as variações nos passivos da Companhia resultantes de atividades de financiamento, incluindo mudanças que envolvem e não envolvem caixa. Os passivos resultantes de atividades de financiamento são passivos para os quais os fluxos de caixa foram, ou os fluxos de caixa futuros serão, classificados na demonstração dos fluxos de caixa da Companhia como fluxos de caixa de atividades de financiamento.

Reconciliação de atividades de financiamento da DFC

	2018	2017	2016
Saldo inicial	139.794	186.484	260.357
Apropriação de Juros	7.836	12.829	18.710
Variação cambial (Cofides)	9.852	10.237	(19.042)
Amortização de juros	(10.749)	(14.164)	(16.935)
Amortização de principal	(59.174)	(55.592)	(56.606)
Saldo final	**87.559**	**139.794**	**186.484**

12.3. Cláusulas Restritivas

De acordo com o contrato de financiamento firmado com o BNDES a Companhia está sujeita as seguintes clausulas financeiras restritivas:

Somente distribuir quaisquer recursos aos acionistas, sob a forma de dividendos, juros sobre capital próprio, pagamento de juros e/ou amortização de dívida subordinada e/ou redução de capital, se for comprovado o adimplemento das obrigações assumidas pela BENEFICIÁRIA perante o BNDES e os AGENTES FINANCEIROS e o atendimento, de forma cumulativa, dos itens relacionados abaixo:

a) Índice mínimo de cobertura anual do serviço da dívida (ICSD) igual ou maior a 1,3;

b) Comprovar que a geração de energia elétrica, no período compreendido entre julho do ano anterior e junho do ano em que se pretende distribuir os recursos, exceda a 75% do volume anual originalmente contratado com a ELETROBRAS, com a respectiva anuência do BNDES e do BANCO LÍDER dos AGENTES FINANCEIROS;

c) Somente efetuar pagamentos do Contrato de Gestão da Exploração celebrado com a ENERFIN DO BRASIL SOCIEDADE DE ENERGIA LTDA, se for comprovado o atendimento da obrigação constante no item a). Em caso contrário, a BENEFICIÁRIA somente poderá pagar os valores devidos nos próximos doze meses, referentes ao contrato em epígrafe, deduzidos da diferença entre a geração de caixa da atividade do anterior somada ao saldo de caixa inicial daquele ano e 1,3 vezes o serviço da dívida;

d) Não realizar pagamentos de juros e/ou amortização de quaisquer dívidas subordinadas eventualmente contraídas pela BENEFICIÁRIA, salvo se for comprovado o atendimento da obrigação constante no item a);

e) Manter o saldo mínimo das Contas Reservas que deverão manter sempre recursos suficientes para o pagamento, a qualquer momento, de 03 meses do serviço da dívida desses contratos, incluindo pagamento de principal e juros. Para apurar o valor deve-se considerar a primeira parcela vincenda do principal e acessório da dívida decorrente desses contratos.

Em 31/12/2018 a Companhia cumpre todas as cláusulas restritivas mencionadas.

Em 15/05/2008 foi captado junto a Companhia Espanhola de Financiacion del Desarrollo-COFIDES, a importância relativa ao empréstimo de dívida subordinada, de € 25.000 (vinte e cinco milhões de euros), totalizando em R$ 64.175.

O financiamento COFIDES, captado em euros apresenta encargos de juros conforme taxa euribor anual, com amortização em 9 (nove) parcelas anuais e sucessivas, a partir de 01/10/2014. A Companhia firmou termo de garantia correspondendo à propriedade fiduciária, nos termos dos artigos 1.361 e 1.368 do Código Civil, das máquinas e equipamentos adquiridos com recursos desta operação. Entre outras cláusulas contratuais a receita da operação estará vinculada e cedida ao contrato de financiamento durante toda a sua vigência.

Os demais financiamentos apresentam encargos de juros conforme demonstrado acima, a título de remuneração, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, com amortização em prestações mensais e sucessivas.

13. Instrumentos financeiros

13.1. Gestão do risco de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar que as atividades possam continuar no seu curso normal.

A estrutura de capital é formada pelo endividamento líquido (empréstimos detalhados na nota explicativa nº. 12, deduzidos pelo caixa e saldos de bancos) e pelo patrimônio líquido (que inclui capital emitido, reservas, lucros acumulados, conforme apresentado na nota explicativa nº. 16).

13.1.1. Índice de endividamento

O índice de endividamento no final do exercício é o seguinte:

	2018	2017	2016
Dívida (a)	87.559	139.794	186.484
Caixa, Equivalentes, aplicações financeiras e aplicações vinculadas (b)	76.729	66.060	50.946
Dívida líquida	**10.830**	**73.734**	**135.538**
Patrimônio líquido (c)	171.950	172.171	175.375
Índice de endividamento líquido	**0,06**	**0,43**	**0,77**

(a) A dívida é definida como empréstimos de curto e longo prazos, conforme detalhado na nota explicativa nº. 12.

(b) O caixa e saldos de bancos é composto de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas.

(c) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas, gerenciados como capital.

13.2. Categorias e apuração do valor justo de instrumentos financeiros

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros, de acordo com a CVM 699 e o CPC 46 que trata da Mensuração do Valor Justo:

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018, 2017 e 2016 – Reapresentação - Ventos do Sul Energia S.A.

Ativos Financeiros	Nível	2018	2017	2016
		Valor contábil e Valor Justo	Valor contábil e Valor Justo	Valor contábil e Valor Justo
Valor justo por meio do resultado				
Caixa e Equivalente de Caixa	2	32.375	31.470	32.315
Aplicações financeiras	2	27.074	14.043	-
Aplicações financeiras vinculadas	2	17.280	20.547	18.631
Custo Amortizado		Valor Contábil	Valor Contábil	Valor Contábil
Contas a Receber Geração de Energia	-	23.921	22.849	15.369
Total dos ativos financeiros		**100.650**	**88.909**	**66.315**
Passivos Financeiros				
Custo amortizado				
Fornecedores	2	977	1.015	1.235
Contas a pagar - Eletrobras	2	37.311	22.512	23.194
Financiamentos	2	87.559	139.794	186.484
Partes Relacionadas e dividendos	2	127.369	92.241	40.988
Outras obrigações	3	668	646	613
Total dos passivos financeiros		**253.884**	**256.208**	**252.514**

Os três níveis de hierarquia para apuração do valor justo são apresentados a seguir:
Nível 1: obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
Nível 2: obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo;
Nível 3: obtidos por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado.

A Sociedade entende que os instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado, e a Administração entende que os valores registrados se aproximam de seu valor justo. A seleção dos ativos e passivos apresentados nesta nota ocorreu em razão de sua relevância. Não é prática da Sociedade contratar instrumentos financeiros para fins especulativos. Em 31 de dezembro de 2018, a Sociedade não detinha instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes.

a) Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

b) A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

13.3. Risco de Liquidez

A Companhia monitora seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes e capacidade de liquidar posições de mercado. Os valores reconhecidos em 31 de dezembro de 2018 se aproximam dos valores de liquidação das operações, incluindo a estimativa de pagamentos futuros de juros.

	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Total 2018
Passivos					
Fornecedores	977	-	-	-	**977**
Contas a pagar - Eletrobras	18.656	18.656	-	-	**37.311**
Financiamentos	24.340	21.255	18.184	30.808	**94.587**
Partes Relacionadas e dividendos	2.419	25.340	25.340	74.271	**127.369**
Outras obrigações	668	-	-	-	**668**
	47.060	**65.250**	**43.524**	**105.079**	**260.912**

	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Total 2017
Passivos					
Fornecedores	1.015	-	-	-	**1.015**
Contas a pagar - Eletrobras	11.256	11.256	-	-	**22.512**
Financiamentos	28.393	38.804	44.303	42.585	**154.085**
Partes Relacionadas e dividendos	2.558	7.795	26.384	55.504	**92.241**
Outras obrigações	646	-	-	-	**646**
	43.868	**57.855**	**70.687**	**98.089**	**270.499**

	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Total 2016
Passivos					
Fornecedores	1.235	-	-	-	**1.235**
Contas a pagar - Eletrobras	11.597	11.597	-	-	**23.194**
Financiamentos	32.366	37.055	62.993	75.782	**208.196**
Partes Relacionadas e dividendos	2.138	186	7.795	30.869	**40.988**
Outras obrigações	613	-	-	-	**613**
	47.949	**48.838**	**70.788**	**106.651**	**274.226**

13.4. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que mudanças no mercado, como mudanças nas taxas de câmbio, nas taxas de juros e de preços irão afetar as receitas da Companhia valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo da Administração

dos riscos de mercado é controlar as exposições aos riscos de mercado em parâmetros aceitáveis, otimizando seu retorno.

13.5. Gestão do risco de taxa de câmbio

A Companhia possui transações em moeda estrangeira, consequentemente, surgem exposições às variações nas taxas de câmbio. A Companhia não mantém no momento estratégia para prevenção e redução dos efeitos da flutuação da taxa de câmbio.

Os valores contábeis dos passivos monetários em moeda estrangeira no final do exercício são apresentados a seguir:

	2018	2017	2016
Financiamentos (exposição ao Euro)	61.007	68.183	70.894

13.6. Gestão do risco de taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros, uma vez que obtêm empréstimos tanto com taxas de juros prefixadas como pós-fixadas. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de um “mix” apropriado de empréstimos a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas.

A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item de gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

13.7. Gestão de risco de crédito

As políticas de vendas da Companhia estão subordinadas ao contrato com a Eletrobrás, que estabelece um prazo de 20 anos contratuais e encerra-se em 2026.

13.8. Análise de sensibilidade

A Companhia apresenta abaixo as informações suplementares sobre seus instrumentos financeiros que são requeridas pela Instrução CVM n.º 475/08, especificamente sobre a análise de sensibilidade complementar à requerida pelas IFRSs e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Na elaboração dessa análise de sensibilidade suplementar, a Companhia adotou as seguintes premissas, definidas na Instrução CVM n.º 475/08:

- Definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia, e que é referenciado por fonte externa independente (Cenário I);
- Definição de dois cenários adicionais com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente; e
- Apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia.

A projeção dos efeitos decorrentes da aplicação desses cenários no resultado financeiro para os próximos 12 meses seria a seguinte:

Risco	Intrumentos	Cenário I - Cenário Provável	Cenário II - deterioração de 25%	Cenário III - deterioração de 50%
	Ativo Financeiro			
Baixa do CDI	Aplicações Financeiras:	72.067	72.067	72.067
	Taxa anual estimada do CDI para 2019	6,50%	4,88%	3,25%
	Efeito anual nas aplicações financeiras			
	Perda	-	(1.171)	(2.342)
		-	(1.171)	(2.342)
	Passivo Financeiro			
Alta TJLP	Emprestimos e Financiamentos - BNDES	26.552	26.552	26.552
	Taxa anual estimada de TJLP para 2019	7,03%	8,79%	10,55%
	Perda anual nos financiamentos com o BNDES	-	(467)	(933)
Alta Euro + Alta Euribor	Emprestimos e Financiamentos - COFIDES	61.007	61.007	61.007
	Taxa estimada de euro para 2019	4,44	5,55	6,66
	Perda Variação cambial + Euribor	-	(15.252)	(30.504)

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade que está contida no processo utilizado na preparação dessas análises.

13.9 Risco da escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das “jazidas de vento” do Brasil estarem entre as melhores do mundo, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados bens estáveis, diferentes de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

13.10 Riscos regulatórios

As atividades da Sociedade, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Sociedade.

14. Contratos de arrendamento operacional

Os contratos de arrendamentos operacionais de terrenos, onde estão instalados os parques eólicos, têm prazos de duração de trinta e cinco anos, prorrogáveis por período não inferior a doze anos e apresentam remuneração variável ao arrendador com base na energia gerada. A Companhia não tem a opção de adquirir os terrenos arrendados depois de expirado o prazo de duração do arrendamento.

Pagamentos reconhecidos como despesa no exercício:

	2018	2017	2016
Pagamentos do Arrendamento	1.571	1.612	1.551

15. Seguros

Os seguros têm cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, com vigência de 1(um) ano. As principais coberturas de seguro são:

Ramos de seguro	2018	2017	2016
Riscos operacionais	882.568	865.185	1.009.115
Responsabilidade civil geral	2.000	2.000	10.000
Vigência dos seguros	01/07/2018 a 01/07/2019	01/07/2017 a 01/07/2018	01/07/2016 a 01/07/2017

16. Patrimônio líquido

a) Capital Social:

O Capital Social subscrito e integralizado no valor de R$ 140.964, é representado por 140.964 ações ordinárias nominativas de valor nominal R$ 1,00.

b) Reservas de lucro

b.1) Reserva Legal - pela legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para a

reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de dividendos.

b.2) Reserva Especial de Lucros – no exercício de 2018, a Companhia constituiu reserva especial de lucros de R$ 20.349 (R$ 22.712 em 2017 e R$ 28.307 em 2016), em cumprimento ao disposto no seu Estatuto Social, que determina como destinação mínima de dividendos 50% do lucro líquido, após as destinações legais, e consideração a cláusulas restritivas de distribuição de dividendos firmado no Contrato de Financiamento Mediante Repasse de Recursos do BNDES.

c) Distribuição de lucro:

c.1) Distribuição de Dividendos – A Companhia obteve aprovação do BNDES, de acordo com o previsto no Contrato de Financiamento Mediante Repasse de Recursos, para distribuir dividendos no valor de R$ 7.795 em 2018 (R$ 186 em 2017 e R$ 12.030 em 2016).

c.2) Destinação de Dividendos – Conforme determina o Estatuto Social da Companhia foram destinados R$ 20.350 (R$ 22.713 em 2017 e R$ 28.308 em 2016) a serem distribuídos a partir de 2019.

	2018	2017	2016
Lucro líquido do exercício	42.841	47.816	59.595
Reserva legal (5%)	2.142	2.391	2.980
Reserva especial de lucros	20.349	22.712	28.307
Destinação de dividendos	20.350	22.713	28.308
	42.841	**47.816**	**59.595**
Distribuição de dividendos	7.795	186	12.030

A distribuição de dividendos está condicionada ao aval do BNDES, que acontece usualmente no 2° semestre. A distribuição de dividendos também depende do cumprimento de obrigações financeiras em moeda estrangeira, que só terão seus valores definidos no decorrer de 2019. Devido a estes fatores e que o pagamento efetivo dos dividendos está condicionado às restrições impostas no Contrato de Financiamento firmado junto ao BNDES, a Companhia classificou o saldo de dividendos de R$ 124.950 no passivo não circulante.

17. Receita

A seguir, segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração de resultado do exercício:

	2018	2017	2016
Receita Bruta			
Venda de energia	154.497	164.132	152.404
Impostos sobre vendas	(14.410)	(15.211)	(14.234)
Receita líquida	**140.087**	**148.921**	**138.170**

18. Seguimento Operacional

A Companhia não elabora informações por segmento, uma vez que atua somente no segmento de geração de energia elétrica de fonte renovável eólica por meio de contratos de longo prazo, que representam a totalidade da receita da Companhia. A companhia possui concentração de sua receita com o cliente Eletrobrás considerando o contrato de compra e venda de energia do Proinfa.

19. Despesa classificada por função e natureza

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018, 2017 e 2016 – Reapresentação - Ventos do Sul Energia S.A.

	2018	2017	2016
Despesa Classificada por função			
Custo da Operação	60.822	60.392	56.009
Gerais e Administrativas	4.507	4.264	4.119
Outras receitas operacionais líquidas	(4.555)	(4.201)	(4.148)
Total	**60.774**	**60.455**	**55.980**
Despesa Classificada por natureza			
Custo de Operação e Manutenção	30.227	30.161	26.516
Encargos Uso do Sistema e Produção	9.644	9.240	8.632
Arrendamentos	1.571	1.612	1.551
Depreciação	19.380	19.379	19.310
Despesas com Pessoal	-	7	81
Despesa com Seguros	870	809	813
Despesa com Serviços Profissionais	1.801	1.662	1.309
Outras Despesas Administrativas	1.836	1.786	1.916
Outras receitas operacionais líquidas	(4.555)	(4.201)	(4.148)
Total	**60.774**	**60.455**	**55.980**

20. Receitas (despesas) financeiras líquidas e variação cambial

	2018	2017	2016
Receitas aplicações financeiras	4.821	5.401	8.154
Receita de Juros	33	245	434
Outras Despesas (Receitas)	136	549	168
Receitas financeiras	**4.990**	**6.195**	**8.756**
Despesa com Juros	(7.836)	(12.829)	(18.710)
Outros	(507)	(413)	(1.283)
Despesas financeiras	**(8.343)**	**(13.242)**	**(19.993)**
Variação Cambial Líquida	**(9.852)**	**(10.237)**	**19.042**

21. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a quantidade das ações do período.

O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a quantidade das ações no respectivo período, considerando os efeitos diluídos.

Em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 41, equivalente à IAS 33 - Resultado por Ação.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018, 2017 e 2016 – Reapresentação - Ventos do Sul Energia S.A.

Resultado básico por ação	**2018**	**2017**	**2016**
Numerador			
Lucro disponivel aos acionistas	42.841	47.816	59.595
Denominador			
Numero de Ações	140.964	140.964	140.964
Lucro por ação - básico	**0,30**	**0,34**	**0,42**

Resultado diluído por ação			
Numerador			
Lucro disponivel aos acionistas	42.841	47.816	59.595
Denominador			
Numero de Ações	140.964	140.964	140.964
Lucro por ação - diluído	**0,30**	**0,34**	**0,42**

22. Transações com partes relacionadas

A Companhia tem como controlador direto a Rio Sul 1 Energia Ltda com 80% das ações, a Wobben Windpower Ind. e Com. Ltda possui participação indireta com 10% das ações e a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE GT com participação indireta de 10% das ações.

A Companhia não possui contratos de mútuos com as partes relacionadas, exceto contratos de prestação de serviços relacionadas a operação e gestão dos parques eólicos.

22.1. Transações comerciais

	2018	**2017**	**2016**
Passivo (a)			
Circulante			
Fornecedores			
Wobben Windpower	1.595	1.556	1.458
Elecnor do Brasil Ltda	99	110	62
Deimos Space S.L.	-	8	-
Enerfín Sociedade de Energia Ltda	725	884	618
Totais	**2.419**	**2.558**	**2.138**

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018, 2017 e 2016 – Reapresentação - Ventos do Sul Energia S.A.

	2018	2017	2016
Resultado (a)			
Custo da Operação			
Aquisição de Serviços			
Wobben Windpower Ltda	20.012	20.037	17.130
Enerfin do Brasil Sociedade de Energia Ltda	8.424	8.598	8.107
Elecnor do Brasil Ltda	1.347	1.089	789
Deimos Space	-	8	7
Totais	**29.783**	**29.732**	**26.033**

a) Os serviços prestados por partes relacionadas seguem condições estabelecidas no contrato firmado entre as partes, quais sejam, serviços de operação, manutenção e gestão da exploração dos parques instalados.

22.2. Remuneração aos Administradores

A remuneração dos diretores durante o exercício foi a seguinte (pró-labore e encargos):

	Remuneração dos Diretores		
	2018	2017	2016
Benefícios de curto prazo	-	6	67

22.3. Destinação de Dividendos

	2018	2017	2016
Wobben Windpower Ind. E Comércio Ltda.	12.495	8.968	3.885
Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE - GT	12.495	8.968	3.885
Rio Sul 1 Energia Ltda	99.960	71.747	31.080
Totais	**124.950**	**89.683**	**38.850**

23. Outras receitas operacionais, líquidas

Trata-se dos créditos Pis e Cofins sobre a Depreciação e insumos de operação.

	2018	2017	2016
Créditos de Pis e Cofins	4.555	4.201	4.148

24. Compromissos assumidos

Em 31 de dezembro de 2018, a companhia possui os seguintes principais compromissos contratuais relevantes:

Compromissos	Posição em 31/12/2018
Encargos de Transmissão	9.643
Arrendamentos	1.571
Wobben Windpower	20.012
Total	**31.226**

Os contratos demonstrados acima se caracterizam como compromissos de longo prazo e apresentam remuneração variável atrelada a energia gerada pelos parques eólicos. O reconhecimento no resultado ocorre de acordo com a competência dos respectivos contratos.

25. Eventos subsequentes

25.1. Financiamento BNDES

A Companhia seguiu o cronograma de amortização do financiamento junto ao BNDES e Sindicato de Bancos Repassadores liquidando as parcelas dos meses de Janeiro/2019, Fevereiro/2019, Março/2019, Abril/2019 e Maio/2019 em seus respectivos vencimentos. E posteriormente em 17/05/2019 a Companhia recebeu a autorização para antecipar a liquidação do financiamento junto ao BNDES e Sindicato de Bancos Repassadores, no qual a última parcela de amortização estava prevista para 15/07/2019. Os pagamentos ocorreram no dia 28/05/2019 no valor de R$ 1.720 para o BNDES, e no dia 31/05/2019 no valor de R$ 5.902, para o Sindicato de Bancos Repassadores.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018, 2017 e 2016 – Reapresentação - Ventos do Sul Energia S.A.

	Data	Valores
Bancos		
BNDES	28/05/19	1.720
Santander	31/05/19	2.302
Banco do Brasil	31/05/19	1.633
BRDE	31/05/19	1.146
Badesul	31/05/19	493
Banrisul	31/05/19	328
		7.622

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da

Ventos do Sul Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ventos do Sul Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ventos do Sul Energia S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Reapresentação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018

Em 15 de março de 2019, emitimos relatório de auditoria sem modificação sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, que ora estão sendo reapresentadas. Conforme descrito na nota explicativa nº 2.3 às demonstrações financeiras, as demonstrações financeiras foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir divulgações adicionais requeridas para empresas reguladas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM para negociação de valores mobiliários na categoria B, bem como pelos ajustes no saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias entre o valor contábil de ativos e passivos no balanço e sua base fiscal. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os

mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita

Conforme descrito nas notas explicativas nº 2.10 e nº 17 às demonstrações financeiras, a receita da Companhia decorre substancialmente da geração de energia elétrica, sendo reconhecida quando o controle dos serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desses serviços. Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria em virtude da relevância dos valores envolvidos e os potenciais efeitos sobre o registro contábil da receita e contas a receber e da dependência dos respectivos controles internos envolvidos no processo de reconhecimento da receita da Companhia.

Para responder a esse principal assunto de auditoria, nossos procedimentos de auditoria sobre o reconhecimento de receita incluíram, entre outros: (i) o entendimento e a avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes determinados pela Administração para mensurar o montante da receita a ser reconhecida nas demonstrações financeiras; (ii) procedimentos analíticos substantivos para avaliar a ocorrência da receita, comparando a receita reconhecida com as informações de geração de energia e preço contratadas com o cliente; (iii) seleção e análise de lançamentos manuais efetuados diretamente nas contas de receita; (iv) teste, em base amostral, de recebimentos subsequentes de faturas; e (v) testes por meio de amostragem para verificação da integridade das bases de dados e informações utilizadas no processo de reconhecimento de receita.

Como resultado da execução desses procedimentos, foram identificadas deficiências no controle interno relacionadas ao processo de revisão da receita reconhecida decorrente da geração de energia e do ajuste que foi registrado pela Administração nas demonstrações financeiras. Em função disso, alteramos a extensão de nossos procedimentos substantivos para obtermos evidência de auditoria suficiente e apropriada quanto ao reconhecimento da receita e do impacto dos efeitos identificados.

Com base nos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e nas evidências de auditoria obtidas que suportam nossos testes, consideramos que os critérios de reconhecimento de receita adotados pela Administração e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Impostos diferidos

Conforme descrito nas notas explicativas nº 2.7 e nº 9 às demonstrações financeiras, a Companhia possui saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as diferenças temporárias entre os valores de ativos e passivos reconhecidos no balanço patrimonial e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável. Essas diferenças temporárias decorrem substancialmente das variações cambiais sobre o saldo de

financiamento que a Companhia possui em moeda estrangeira.

Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria, pois: (i) os valores registrados de imposto de renda e contribuição social diferidos são considerados materiais para a auditoria; (ii) há dependência relevante dos controles internos de revisão da Companhia no processo de apuração e registro contábil dos valores; (iii) conforme nota explicativa nº 2.3 às demonstrações financeiras, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foi identificado que as bases de cálculo usadas para apuração dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos apresentavam inconsistências para as bases fiscais; dessa forma, os valores referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram alterados e reapresentados para refletir os efeitos tributários sobre as diferenças temporárias entre a base contábil e fiscal; e (iv) houve forte interação com a Administração da Companhia na avaliação do tema.

Para responder a esse principal assunto de auditoria, nossos procedimentos de auditoria sobre os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos incluíram, entre outros: (i) o entendimento e a avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes determinados pela Administração com relação à apuração e revisão dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos; (ii) recálculo das variações cambiais não realizadas sobre o financiamento em moeda estrangeira; e (iii) obtenção das planilhas de cálculo preparadas pela Companhia para confronto com os registros efetuados no sistema contábil e na base fiscal.

Como resultado da execução desses procedimentos, foram identificadas deficiências no controle interno relacionadas ao processo de apuração e revisão dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos e ajustes que foram registrados pela Administração nas demonstrações financeiras, cujo impacto foi motivo de reapresentação, conforme nota explicativa nº 2.3 às demonstrações financeiras. Em função disso, alteramos a extensão de nossos procedimentos substantivos para obtermos evidência de auditoria suficiente e apropriada quanto à apuração e ao registro contábil do imposto de renda e contribuição social diferidos e ao impacto dos efeitos identificados.

Com base nos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e nas evidências de auditoria obtidas que suportam nossos testes, consideramos que os critérios de reconhecimento de tributos diferidos adotados pela Administração e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (“DVA”) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua

forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, a demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos nenhuma forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 10 de junho de 2019

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” RS

Otávio Ramos Pereira

Contador

CRC nº 1 RS 057770/O-2

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os diretores da Ventos do Sul Energia S.A, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, para fins do disposto na Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, declaram que reviram, discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Porto Alegre, 10 de Junho de 2019.

José Castellanos Ybarra

Diretor Presidente

Felipe Ostermayer

Diretor de Relações com Investidores

Marco Antonio Morales Garrido

Diretor

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os diretores da Ventos do Sul Energia S.A, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, para fins do disposto na Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, declaram que reviram, discutiram e concordaram com a opiniões expressas no relatório de revisão dos Auditores Independentes relativo às demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Porto Alegre, 10 de Junho de 2019.

José Castellanos Ybarra

Diretor Presidente

Felipe Ostermayer

Diretor de Relações com Investidores

Marco Antonio Morales Garrido

Diretor

Motivos de Reapresentação

Versão	Descrição
2	Upload do coumento após concessão do registro de Companhia Aberta.